

LIVRO *de* MEMORIAIS



COMMUNION OF REFORMED
EVANGELICAL CHURCHES

Sumário

Introdução.....	3
Memorial A: Treinamento ministerial.....	4
Memorial B: Revisão confessional.....	5
Memorial C: Educação cristã.....	6
Memorial D: Criação.....	7
Memorial E: Terrorismo.....	8
Memorial F: Homossexualidade.....	10
Memorial G: Adoração.....	12
Memorial H: Aborto.....	15

Introdução

Os memoriais¹ declaram a posição da CREC em questões sobre as quais não há nenhuma declaração confessional. Eles são listados no *Livro de memoriais* e incorporados por referência na *Constituição*.²

Uma igreja candidata ou missionária deve explicitar qualquer exceção ou reserva aos memoriais antes de tornar-se membro da CREC. As igrejas membro devem notificar a assembleia maior de quaisquer mudanças de posição sobre os memoriais. Se o presbitério determinar que as exceções e reservas colocam a igreja em desacordo com os padrões da CREC, ele poderá iniciar o processo descrito no Art. IV.D.4.³

O processo de adoção de um memorial deve envolver um esforço minucioso na busca por uma mesma mentalidade. Esse processo deliberado nos ajudará a nos proteger de várias tendências e ventos de doutrina (Ef 4.14). Novos memoriais deverão ser aprovados como proposta em um concílio e adotado em um concílio subsequente.

¹ Traduzido por Thiago McHertt a partir de “Governing Documents of the Communion of Reformed Evangelical Churches”, revisão de 6 de abril de 2022, p. 41-56. Disponível em: <https://bit.ly/DocsCREC>

² “A equivalência dinâmica poderá ser usada na tradução pastoral de documentos, materiais e nomes da CREC para igrejas não anglófonas” (cf. *Book of procedures*, Art. XIV.C). Esta tradução favorece a equivalência formal. [N. do T.]

³ Segundo a última revisão, o recurso referenciado é o “Art. IV.D.3”; aqui aparece corrigido. [N. do T.]

Memorial A: Treinamento ministerial

Creemos que o treinamento ministerial é mais bem conduzido sob a supervisão do conselho local e deve incluir intenso aprendizado em um corpo local para que os dons, habilidades, conhecimento e qualificações espirituais do candidato sejam testados e desenvolvidos. Conjuntamente, para muitas congregações locais, com recursos limitados, é muito difícil proporcionar ao candidato uma forma de treinamento teológico que forneça altos padrões acadêmicos, equipe o candidato nas línguas originais e assim por diante. Por conseguinte, vemos espaço para que igrejas possam enviar homens ao seminário, enquanto mantém a supervisão e facilitam o seu treinamento de outras formas. Em um cenário ideal, os seminários funcionariam como extensões educacionais da Igreja e seu ensino seria integrado a um plano de aprendizado ministerial abrangente.

Memorial B: Revisão confessional

Nosso processo de revisão confessional foi implementado a fim de possibilitar a resolução das diferenças entre nossas igrejas ao longo do tempo, mediante um esforço minucioso na busca por uma mesma mentalidade. Ele foi estruturado com o intuito de avançar de forma lenta e deliberada a fim de que sejamos menos suscetíveis às várias tendências e ventos de doutrina (Ef 4.14).

Memorial C: Educação cristã

Tudo deve ser ponderado e conduzido sob o senhorio de Jesus Cristo, incluindo a educação e, em especial, a educação dos filhos do pacto. Deus não deu ao Estado o dever de educar as crianças, mas ordenou de forma expressa que os pais criem seus filhos na doutrina e na admoestação do Senhor (Ef 6.3; Dt 6.7). Dada a importância da tarefa (Sl 127.3-5; Dt 6.7-9) e a impossibilidade de neutralidade na educação (Pv 1.7; Mt 12.30; Lc 6.40; Co 2.1-10; 2Co 10.3-5), afirmamos cordialmente a necessidade de educar nossos filhos de forma explicitamente cristã no conteúdo e no rigor. Escolas públicas tendem a ser, por decreto ou projeto, notoriamente ímpias e, portanto, de maneira ordinária, não devem ser consideradas como meio legítimo de inculcar a verdadeira fé, uma vida piedosa e uma cosmovisão cristã concreta nos filhos de cristãos. Portanto, com veemência, encorajamos pais cristãos a buscarem formas alternativas de educar seus filhos, quer seja por meio de escolas cristãs ou da educação domiciliar. Em casos nos quais a educação cristã é uma impossibilidade, os pais devem buscar ser ativos e diligentes na supervisão da educação de seus filhos.

Pais que não conseguem apreender a imprescindibilidade da educação cristã devem ser calorosamente recebidos como membros. Contudo, os líderes da igreja de Cristo devem compreender devidamente e ensinar claramente o imperativo divino de discipular nossos filhos, a proibição divina de dar a César aqueles que portam a imagem de Deus (Mt 22.20-21), a advertência divina àqueles que fazem tropeçar aos pequeninos (Mt 18.6) e as promessas divinas àqueles que criam seus filhos na fé (Dt 7.9; Sl 102.5-7; Sl 103.17-18; Pv 22.6; Lc 1.48-50; At 2.39).

Memorial D: Criação

A doutrina da criação está no cerne da vida cristã, profundamente enraizada em nossas pressuposições sobre adoração, conhecimento, fé, celebração, beleza e redenção. Nas últimas décadas, muitos evangélicos conservadores foram levados pela ciência da época a se opor à visão histórica da criação em seis dias sequenciais de duração ordinária, vários milênios no passado. Em vez disso, sustentam que os simples conceitos de criação apresentados em Gênesis têm pouco a ver com sua realidade. Contrapondo falsamente a poesia e o simbolismo à história, eles distorcem o texto das Escrituras e divorciam os conceitos da ordem criada — como faziam os antigos gnósticos.

A ciência é um empreendimento legítimo e nobre, como um aspecto do mandato da criação (Gn 1.26-28), e os cristãos não devem ser temerosos ou ingratos pelos avanços no conhecimento científico e tecnológico. De fato, os melhores desenvolvimentos científicos são fruto de uma cosmovisão essencialmente cristã. Avanços na medicina, transporte, comunicação, computação etc., são dádivas divinas. Portanto, encorajamos o cultivo do empreendimento científico fundamentado em princípios integralmente bíblicos. Ciência e evangelho não são inerentemente antagônicos.

Memorial E: Terrorismo

A. Introdução

O terrorismo é um uso injusto da violência que tem demandado cada vez mais atenção mundial desde o ataque ao World Trade Center na cidade de Nova Iorque em 11 de Setembro de 2001. Embora mesmo os simples usos de violência utilizem o terror (entendido genericamente) para quebrar a vontade da oposição, o terrorismo envolve atos deliberados ou ameaças de violência contra inocentes. Sua brutalidade visa governos, grupos sociais ou étnicos e, principalmente, civis. Ao longo da história, ele tem sido utilizado por organizadores sindicais, partidos políticos, dissidentes políticos, jihadistas islâmicos e até governos.

B. Avaliação

Todo uso de violência deve ter o estabelecimento da verdadeira justiça como objetivo e o temor do Senhor como luz orientadora. O terrorismo não tem nenhum dos dois. Ele visa intencionalmente os inocentes para acentuar o medo e manipular a mudança; além disso, com frequência, é empregado para promover a causa das falsas religiões. Mas o Deus vivo defende os inocentes (Êx 23.7; Dt 19.10; Sl 82.1-4; Pv 17.15; Mt 27.4), odeia aqueles que amam a violência (Sl 5.5-6; 10.1-18; 11.5; Pv 6.16-17) e se opõe aos que se esforçam para estabelecer a adoração de falsos deuses (Dt 32.15-22; Sl 78.58-59; Jr 5.7-9). Portanto, o terrorismo é injusto e seus praticantes enfrentarão a ira e a maldição do Deus onipotente nesta vida e na vindoura (Gn 9.6; Sl 55.23; Pv 28.17; Is 59.1-8).

Ao mesmo tempo, afirmamos que Deus está ativo nesses eventos para sua glória e honra (At 2.22-24; 4.24-30). Ele é o Senhor da história e nada acontece sem seu conhecimento e determinação (Dn 4.34-35; Ef 1.11). Portanto, ele está ativamente envolvido mesmo quando os terroristas atacam (Gn 50.19; Is 45.5-7; Am 3.6; cf. Pv 16.4), sem ser ele próprio responsável por sua maldade (Tg 1.13, 17; 1Jo 1.5). O fato de estar ativo neles não significa que todas as vítimas do terrorismo estejam sob o julgamento divino direto; por vezes Deus permite que pessoas inocentes sofram nas mãos dos ímpios (cf. Gn 31.36-42; Sl 10.6-8; Jó). Todavia, Deus frequentemente usa

homens e nações perversos — incluindo terroristas — para julgar quem se rebela contra ele, ao passo que sempre responsabiliza os perversos por sua maldade (cf. Is 10.12-19; 14.24-27; Es 21; Hb 1-2). Deus é soberano inclusive sobre usos injustos de violência.

C. Resposta

Dado sua natureza perversa, é bom e certo que as nações respondam aos ataques terroristas utilizando a força militar para levar os terroristas à justiça. Isto inclui proteger as fronteiras nacionais, bem como fazer guerra contra as nações, organizações ou grupos que financiam e abrigam tais terroristas. Além disso, é lícito que os cristãos participem de tais respostas militares. No entanto:

1. Não é lícito nem honroso que mulheres sejam convocadas para o combate (Dt 14.21b; 22.5). É dever dos homens — não das mulheres — proteger as suas pátrias e nações (Nm 1.3; Jr 51.30). Os pais cristãos devem proteger suas filhas de serem seduzidas ou coagidas a tal, e a Igreja deve apoiá-los nisto.
2. Não é lícito responder a ataques terroristas em nome de falsos deuses ou com espírito orgulhoso e arrogante (Sl 18.31-34; 144; Is 10.5-19). Deus convoca todos para prestar honra a ele pois Jesus é Senhor de todas as nações (Sl 72.11; Mt 28.18-20; Ap 1.5; 1Tm 2.5) e é o único caminho para Deus (Jo 5.22-23; 14.6; 1Tm 2.5). Nenhuma nação é independente da autoridade divina (Sl 94.20; Ap 11.15) ou livre das exigências da sua lei (Sl 67.3-4; 72.1-4; Is 42.4; 1Tm 1.8-11).
3. Não é lícito utilizar todo e qualquer meio na perseguição de terroristas. As respostas militares ao terrorismo devem conservar a retidão e a justiça. Isso proíbe o uso de força militar para propagar inclusive a verdadeira fé pela força das armas (2Co 10.3-6), bem como o uso dessa força para confiscar terras ou recursos de outros injustamente (Êx 17.8-9, 20.15; Pv 22.28; Ez 22.27; Hb 11.34). Os usos justos da violência são de natureza defensiva: para defender a vida, a liberdade e a propriedade contra um agressor.

D. Conclusão

Portanto, conscientes dos julgamentos de Deus (2Co 5.9-11; Ap 18.8, 19.1-5, 11), a CREC exorta líderes e povos a temer a Deus, a honrar a Cristo, a confessar seus pecados e buscar o favor divino para que todos os povos sejam libertos do flagelo do terrorismo (Sl 2.10-12, 110).

Memorial F: Homossexualidade

Coragem, clareza e caridade: A declaração de Phoenix

Janeiro de 2003

Como ministros cristãos na corrente do cristianismo histórico e enraizados na herança evangélica, cremos que é hora de falar com coragem, clareza e caridade sobre a questão da homossexualidade que assola a Igreja em geral. Confessamos a Bíblia como a Palavra autoritativa de Deus (Is 40.8; Lc 4.31-32; 2Tm 3.16; 2Pe 1.20-21) e cremos que Deus falou clara e suficientemente sobre o tema da sexualidade. De acordo com esta crença, devemos afirmar que a homossexualidade em suas diversas formas, seja gay, lésbica, bissexual ou transgênero, está em desacordo com o desígnio divino para a sexualidade e é, portanto, pecaminosa aos olhos de Deus (Gn 1.27-28, 2.18-25; 19.1-28; Êx 20.14; Lv 18.22; 20.13; Mt 19.4-6; Rm 1.26-27; 1Co 6.9-10; 1Tm 1.8-10; 2Pe 2.6-8). O único remédio para este e todos os outros pecados é encontrado no evangelho do Senhor Jesus Cristo (1Co 6.11). Como ministros do glorioso evangelho da graça de Deus, que lutam pela fidelidade a Deus e à sua Palavra, declaramos o seguinte como um apelo à Igreja para retornar à fidelidade num espírito de arrependimento.

Coragem

Em nossos dias, muitos dos que são reconhecidos como clérigos apelam e promovem uma revisão da compreensão histórica cristã da Palavra de Deus com relação à homossexualidade. Este ensino está em desacordo com a Bíblia e desencaminha o rebanho de Cristo. Ele anula arrogantemente o santo padrão divino com respeito à sexualidade humana. O amor a Cristo e a sua Igreja nos obriga a falar a verdade sobre o que é falso. É necessário coragem para refutar aqueles que chamam o mal de bem e o bem de mal. O exemplo e o ensino do Senhor Jesus e dos seus apóstolos mostram claramente que os falsos mestres devem ser expostos e refutados para que a Igreja seja protegida (At 20.28-31; Rm 16.17-18; Tt 1.9; 2Pe 2.1-3). Numa época que tolera tudo, menos a verdade, é necessário coragem para falar a verdade em amor de uma forma intransigente.

Clareza

A Bíblia fornece um ensino claro e consistente em oposição à homossexualidade. As tentativas modernas de subverter este claro ensinamento não têm substância. A Palavra de Deus não deve ser aprisionada por agendas filosóficas ou culturais estranhas. Se permitido a falar com a sua própria autoridade, o ensino bíblico é visto como totalmente oposto à homossexualidade e às práticas que a acompanham. Além disso, o testemunho histórico da interpretação cristã está em perfeita harmonia com esta posição. Ao contrário das agendas popularizadas, a Bíblia e aqueles que ensinaram oficialmente o cristianismo ao longo dos tempos reconhecem a pecaminosidade da homossexualidade. As interpretações de mestres como Atenágoras, Tertuliano, Orígenes, Cipriano, Lactâncio, Eusébio, Atanásio, Crisóstomo e Agostinho são unânimes. A tentativa moderna de revisar o ensino bíblico, reivindicando apoio bíblico e interpretativo, é uma novidade teológica e moral.

Caridade

O amor ao próximo compele-nos a lembrar àqueles que estão aprisionados nas profundezas do pecado que Deus, em sua santidade, não será objeto de zombaria — ele trará julgamento contra o pecado. Não é um ato de opressão ou ódio apontar a condenação divina da homossexualidade. Pelo contrário, é um ato de bondade. Opomo-nos aos maus-tratos sofridos por muitas pessoas a favor da homossexualidade; no entanto, negamos que o nosso desacordo e apresentação do ensino bíblico no que diz respeito a este tema constitua maus-tratos, ódio ou intolerância. Ao falar a verdade sobre a natureza da homossexualidade e a oposição divina a ela, apresentamos simultaneamente a mensagem da graça de Deus. Ele pode e perdoa aqueles que abandonam o pecado da homossexualidade. Deus pode e traz libertação da escravidão e purificação de consciência para aqueles que se voltam para Jesus Cristo em fé e arrependimento (1Co 6.9-11; Rm 3.21-26, 6.1-14; Ef 2.1-10; 1Tm 1.5; Hb 10.19-22). É falsa compaixão aceitar e afirmar aqueles que não se arrependem da homossexualidade. A caridade exige que falemos a verdade sobre a santidade de Deus e o seu evangelho.

Memorial G: Adoração

- A.** Cremos que a adoração no dia do Senhor é o nosso maior privilégio, o nosso maior dever e a nossa mais profunda alegria.⁴ Deus criou-nos precisamente para este propósito: adorá-lo e sermos transformados por ele enquanto adoramos.⁵
- B.** Cremos que, na adoração, o povo de Deus é envolvido pelo Espírito e atraído para a presença do Pai como sacrifício vivo em união com o Cristo ressurreto.⁶ Na adoração no dia do Senhor, Deus renova o seu pacto com o seu povo, servindo-os e sendo servido por eles.⁷ Ele se aproxima de nós para nos aproximar dele.⁸
- C.** Cremos que no culto no dia do Senhor estamos reunidos na presença do Deus vivo com uma assembleia gloriosa composta por anjos, a igreja militante na Terra e a igreja triunfante no Céu.⁹
- D.** Cremos que a cada semana, na adoração, através do serviço do Senhor a nós e do nosso a ele, nosso Criador e Redentor Triúno nos confere os dons pactuais da glória, conhecimento e vida, com e através da certeza do perdão, da pregação da Palavra e da comunhão na Ceia do Senhor.¹⁰ Enquanto nos concede esses dons na adoração, ele graciosamente aceita nosso louvor e ação de graças.¹¹ Ao reorientar-nos em torno do seu pacto,¹² ele nos capacita e chama a viver de acordo com a sua nova criação.¹³
- E.** Cremos que Deus usa nossa adoração para mudar a nós e ao mundo.¹⁴ Somos transformados pela graça da presença de Deus,¹⁵ e saímos da adoração com um

⁴ Êx 20.8-11; Hb 4.9, 16, 10.25; Dt 26.10; Sl 27.4, 29.2, 65.4, 73.25.

⁵ Is 43.21; 1Co 6.20; Ap 4.11; Rm 12.1-2; Jo 4.23.

⁶ Lm 3.41; Sl 25.1, 28.2; Ef 2.12-22; Rm 12.1-2; Hb 12.18-25; 8.5; Ap 4.1.

⁷ Is 66.20-22; Lc 22.19; Lv 1-5.

⁸ Dt 4.7; Ap 3.20; Êx 24.12; 2Co 6.16b-18; Hb 10.19 com 9.11-12.

⁹ Ap 9-12; Hb 12.22-24; Ef 2.6.

¹⁰ Rm 1.21-23, 2.7-10, 3.23, 8.30; Jo 6.53-58, 17.2-3, 17, 22; 1Jo 2.20, 27; Sl 115; Ap 21.11; 1Pe 1.23.

¹¹ Sl 51.17; Es 20.40-41.

¹² Sl 50.5; Mt 26.28; Hb 8.6, 12.24.

¹³ Mt 28.16-20; Jo 20.19-23.

¹⁴ Sl 22.25-27; Gn 22.9-18.

¹⁵ Rm 12.1-2; 2Co 3.18.

renovado senso e compromisso com a missão,¹⁶ o discipulado¹⁷ e a comunidade.¹⁸ A adoração bíblica resulta em vidas transformadas, capacitação do Espírito e testemunha Cristo ao mundo. Além disso, Deus tem prazer em ouvir e responder às nossas orações, especialmente aquelas que ascendem no culto da Igreja no dia do Senhor.¹⁹ Ele ouve as nossas orações pelas nações e, ao responder-nos, manifesta o seu Reino na Terra assim como é no céu.²⁰

F. Cremos que a adoração deve ser informada e governada pela Bíblia em sua totalidade.²¹ Ao formular nossas liturgias, devemos prestar especial atenção às porções da Palavra de Deus que são especificamente dadas para nos informar sobre o que Deus deseja na adoração. Essas porções incluem, mas não estão limitadas a, descrições da adoração patriarcal, levítica²² e no tabernáculo davídico,²³ que apontam para o advento glorioso de Jesus Cristo, cuja auto-oferta e ressurreição vitoriosa realizaram nossa salvação.²⁴ A obra do nosso Salvador fornece o fundamento para a transformação resultante da adoração mencionada pelos apóstolos no novo pacto.²⁵ Estamos, é claro, proibidos de retornar às práticas de sacrifícios de animais, pois isso negaria nossa fé no perfeito e completo sacrifício de nosso Senhor Jesus Cristo.

G. Cremos que essas partes da Bíblia nos dão um padrão e um modelo divino de adoração²⁶ e nos fornecem uma compreensão detalhada dos benefícios de Cristo, o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo.²⁷ Esses benefícios incluem a purificação de nossos pecados,²⁸ transformação de nossa pessoa,²⁹ aceitação de nossas obras e ofertas,³⁰ e paz com Deus e os homens.³¹ Através da adoração bíblica, o Senhor nos assegura o perdão de nossos pecados,³² o trabalho contínuo de renovação do Espírito Santo em nossas vidas,³³ a exigência e aceitabilidade

¹⁶ Mt 28.19a.

¹⁷ Mt 28.19b-20a.

¹⁸ Is 55.12; Rm 15.13-14; Mt 28.20b.

¹⁹ 1Rs 8.26-53; Mt 18.19-20; Ap 8.3-6.

²⁰ Mt 6.9-10, 9.38.

²¹ 2Tm 3.16-17; Is 8.20; Êx 20.4-6; Hb 8.5.

²² Lv 1-7.

²³ 1Cr 16.1s; 1Cr 25; 2Sm 6; 2Cr 15.14-15, 23.18, 29.25-30, 35.15; Es 3.10; Ne 12.45-46; At 15.16-17.

²⁴ Jo 1.29; 1Co 5.7; Ap 1.5; Hb 9.11-14.

²⁵ At 15.16-17; Hb 7.12, 8.5, 9.23-24, 10.19-22.

²⁶ Lv 9.22.

²⁷ Jo 1.29.

²⁸ Lv 4-5; Hb 9.26; 10.12.

²⁹ Lv 1; Fl 3.20; Hb 4.16; Gl 6.15.

³⁰ Lv 2; Ec 9.7.

³¹ Lv 3; Rm 5.1.

³² Lv 4-5; Cl 1.14.

³³ Lv 1; Rm 12.1-2.

da vocação³⁴ e a promessa de aumento e amadurecimento da comunidade cristã.³⁵

- H.** Cremos que estas partes da Bíblia também nos ensinam que cada um destes aspectos gloriosos da adoração deve ser colocado no contexto de bela música em amadurecimento, tanto vozes como instrumentos, para o louvor de Cristo, o Rei.³⁶
- I.** Cremos que a implementação adequada do exposto acima em amor requer uma compreensão prática de tudo o que as Escrituras ensinam, incluindo questões menores e maiores, paciência cristã com nossos irmãos, liberdade não obstinada na adoração, evitar um zelo excessivamente escrupuloso e o desejo de manter uma catolicidade bíblica à medida que edificamos sobre o trabalho da igreja histórica.³⁷

³⁴ Lv 2; 2Ts 3.10-12; Rm 15.27; 1Co 9.13-14.

³⁵ Lv 3; 1Co 10.17; Ef 4.11-13; Jo 17.20.

³⁶ 1Cr 15.16, 25.6-7; Sl 98.4-6, 144.9, 150; Ap 5.8, 14.2-3, 15.2-3.

³⁷ Cl 3.16; Ef 5.2.

Memorial H: Aborto

O Deus revelado nas Sagradas Escrituras defende os fracos e impotentes (Dt 10.18) e se coloca contra aqueles que prejudicam ou tiram vantagem da viúva, do órfão ou do estrangeiro (Êx 22.22; Dt 27.19). Ele é o Pai dos órfãos (Sl 68.5) e aqueles que o amam são chamados a imitá-lo (Tg 1.27).

Ao longo das Escrituras, os bebês em gestação são considerados seres humanos imaturos e, portanto, verdadeiros portadores da imagem de Deus (Gn 1.27; Sl 127.3-5) e objetos de seu amoroso cuidado, cuja personalidade começa na concepção, não na implantação ou em algum momento posterior. Desde os meninos gêmeos que lutavam no ventre de Rebeca até o ainda não nascido João Batista, que saltou de alegria com a aproximação de seu Salvador ainda não nascido, Deus claramente considera o nascituro como sua obra (Sl 139.13-16; Is 44.2). Os bebês no útero são pessoas com status legal (Êx 21.22-25) e pactual (Sl 22.10), continuidade de personalidade (Jz 13.2-5; Sl 51.5) e capacidade de oferecer adoração verdadeira (Lc 1.41-44). O próprio Jesus demonstrou grande amor e cuidado para com as crianças (Mt 19:13) e pronunciou consequências terríveis para aqueles que as maltratassem (Lc 17.2). Amar as crianças é imitar a Deus.

Como os seres humanos nascituros são portadores da imagem de Deus e inocentes de atos criminosos, o ato do aborto é assassinato (Dt 5.17). O assassinato é um ataque satânico à imagem divina (Gn 3.15, 9.6) e resulta numa culpa corporativa que contamina a terra quando a justiça não é buscada em nome dos inocentes (Dt 21.1-9; 2Rs 24.3-4). O aborto não apenas mata o nascituro, mas causa devastação espiritual e emocional em todos os envolvidos (1Jo 3.15), cauterizando suas consciências (1Tm 4.1-2; Ef 4.17-24) e rompendo a união de amor que une os pais aos filhos (Is 49.15).

Até muito recentemente, a Igreja Cristã opôs-se forte e uniformemente ao aborto. O *Didaquê*, um resumo da ética cristã do séc. I, proíbe o aborto e o infanticídio de forma explícita. E a Igreja primitiva era conhecida em todo o Império Romano pelo resgate e adoção de crianças indesejadas, abandonadas e deixadas para morrer por exposição.

Portanto, opomo-nos a tirar vidas humanas em gestação por qualquer meio, incluindo os vários tipos de procedimentos abortivos, o uso da chamada pílula do dia seguinte ou o uso de abortivos. Isto inclui o aborto de bebês resultantes de violação e incesto, aqueles que foram considerados inviáveis e aqueles cuja raça, sexo ou capacidades físicas e/ou mentais não são do agrado dos pais. Mesmo nas raras circunstâncias em que uma gravidez causa uma ameaça imediata à vida da mãe, o chamado dos pais, mães e médicos é fazer tudo o que estiver ao seu alcance para preservar a vida — não a tirar. Nestas circunstâncias, quando pais e médicos fazem tudo o que podem pela preservação, o papel da Igreja é pastoral e instrutivo, não disciplinar.

Além disso, opomo-nos a todas as entidades locais e nacionais que promovem e prestam serviços de aborto. Ao mesmo tempo, apreciamos as organizações que promovem a causa dos nascituros e que prestam apoio e serviços a homens e mulheres que enfrentam os desafios e as decisões decorrentes de gravidezes não planejadas e/ou indesejadas ou que sofrem com a culpa de ter tirado uma vida humana inocente (1Jo 3.18; Rm 12.15). Além disso, estimamos as pessoas e organizações que trabalham para expor a maldade e a extensão da indústria do aborto (Ef 5.11).

Embora a maioria dos esforços para proteger os nascituros sejam dignos de reconhecimento, abominamos a violência dos vigilantes antiaborto que estão dispostos a destruir propriedades e até a tirar a vida na sua tentativa de se opor a este pecado. Evitamos as armas da carne, empunhando, em vez disso, as armas do Espírito (2Co 10.4): a pregação do evangelho (2Tm 3.2-3), o canto de salmos/adoração corporativa (Sl 29; 2Cr 20.20-22), a oração (Mt 5.44; Ef 6.18), a apologética (1Pe 3.15-16; 2Co 10.5-6), bem como o protesto pacífico e a desobediência civil (Êx 1.17; Dn 3.16-18, 6.10).

Concluindo, opomo-nos ao pecado do aborto por amor: amor a Deus, à sua imagem nos nascituros e nos seus pais, e às nações que definham sob a maldição deste pecado hediondo (Rm 13.8-10; 1Co 13.4-7; Dt 21.1-9). Oramos por sabedoria para engajar nossa cultura incrédula de forma cativante, resoluta e decisiva. E oramos pela graça de “falar a verdade em amor” (Ef 4.14-15) aos nossos irmãos e irmãs de outras igrejas e denominações que atualmente estão pensando ou repensando o que Deus revelou sobre o valor da vida humana antes e após o nascimento (Sl 139.1-16).

